



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CAMPUS DO SERTÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**BIANCA PEREIRA DA SILVA**

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DURANTE A PANDEMIA  
DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PARICONHA-AL**

**DELMIRO GOUVEIA - AL  
2021**

BIANCA PEREIRA DA SILVA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DURANTE A PANDEMIA  
DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PARICONHA-AL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Msc. Noélia Rodrigues dos Santos.

DELMIRO GOUVEIA/AL  
2021

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca do Campus Sertão**  
**Sede Delmiro Gouveia**

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586a Silva, Bianca Pereira da

O atendimento educacional especializado durante a pandemia da covid-19: um estudo de caso no município de Pariconha - AL / Bianca Pereira da Silva. - 2021.

61 f. : il.

Orientação: Noélia Rodrigues dos Santos.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.  
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Educação especial. 2. Sala de recursos multifuncionais - SRM. 3. Atendimento Educacional Especializado – AEE. 4. Inclusão. 5. Covid-19. I. Santos, Noélia Rodrigues dos. II. Título.

CDU: 376

BIANCA PEREIRA DA SILVA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DURANTE A  
PANDEMIA DA COVID-19: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE  
PARICONHA-AL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia,  
da Universidade Federal de Alagoas  
– Campus do Sertão, como parte dos  
requisitos para a obtenção do título  
de Graduada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Msc. Noélia  
Rodrigues dos Santos.

Aprovada em: **28 / 09 / 2021**

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



Noelia Rodrigues dos Santos  
Data: 28/09/2021 20:15:20-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

Orientadora: Profa Ms Noélia Rodrigues dos Santos  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL/ *Campus* do Sertão

Documento assinado digitalmente



Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss  
Data: 26/10/2021 14:03:12-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

Profa. Dra. Lilian Kelly de Almeida Figueiredo Voss  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL/ *Campus* do Sertão

Documento assinado digitalmente



RODRIGO PEREIRA  
Data: 19/10/2021 21:31:19-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

---

Prof. Dr. Rodrigo Pereira  
Universidade Federal de Alagoas – UFAL/ *Campus* do Sertão

*“A inclusão acontece quando se aprende  
com as diferenças e não com as  
igualdades”.*

Paulo Freire

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu bom Deus, que sempre iluminou meus caminhos e esteve comigo em todos os momentos felizes e difíceis no decorrer deste curso, que me deu sabedoria para ir em busca dos meus objetivos e chegar até o fim para alcançar essa vitória de concluir meu segundo curso de nível superior.

Agradeço aos meus pais, em especial a minha mãe Maria de Fátima, que sempre foi um grande exemplo de mulher, que lutou para dar uma vida melhor a seus quatro filhos, e que além de mãe foi uma grande professora e me deu total apoio para que meus sonhos se tornassem realidade. Também agradeço ao meu pai Adauto da Silva, homem honesto, trabalhador, um exemplo de pai, que mesmo com seu pouco estudo sempre me incentivou a estudar para ser alguém na vida.

Agradeço ao meu filho Francisco Bruno, meu grande presente de Deus, que veio em um momento muito especial do oitavo período, a qual eu estava finalizando meu último estágio e as disciplinas do curso, trazendo um novo sentido para minha vida e me ensinando que devo sempre lutar pelos meus sonhos e objetivos para oferecê-lo um futuro melhor e ser um grande exemplo na vida dele.

Agradeço a minha irmã Fabiana Pereira que sempre me deu apoio em todos os momentos do curso e da vida. Ao meu irmão Adauto Júnior, que mesmo com suas deficiências múltiplas, sempre me ajudou do jeito que podia para que eu pudesse realizar meus trabalhos acadêmicos e que me serviu de inspiração na escolha do tema para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso- TCC, pois frequenta uma das Salas de Recursos Multifuncionais da cidade de Pariconha- AL.

Ao meu esposo Ângelo Júnior, que sempre me apoiou desde o início do curso, me dando força para que eu nunca desistisse de lutar pelos meus objetivos.

A todos os meus tios e tias, em especial a Pedro Pereira, Goretti Pereira, Adriana Pereira, meus exemplos de professores dedicados, que exercem a docência com amor e responsabilidade. Também a Cícero Pereira que sempre me incentivou a estudar e me apoiou em vários momentos.

Agradeço a Nina Cacique, um grande exemplo de mulher guerreira, que lutou e luta pelos direitos indígenas e pelos direitos do povo da nossa aldeia Katokinn. Meu muito obrigado por todo apoio e por fazer parte da realização desse sonho.

Agradeço em especial a minha professora e orientadora Noélia Rodrigues, que sempre foi uma excelente profissional e me deu total apoio em todos os momentos

para a realização deste trabalho. Meu muito obrigada pela paciência, pelas reflexões, propostas, contribuições e motivações para que tudo desse certo.

Agradeço a todos os meus colegas de sala, que sempre quando precisei me deram total apoio e serão inesquecíveis na minha vida. Em especial, agradeço a Greiciele, Maria Lucivânia, Manuela e Geovana, amigas que a UFAL me deu de presente e estiveram comigo durante as alegrias e tristezas, me ajudando sempre que eu precisava, me dando conselhos e puxões de orelha também. Nosso quinteto foi fundamental em todos os momentos!

Agradeço a todos os professores da UFAL, grandes mestres que no decorrer do curso me trouxeram grandes ensinamentos e muito conhecimento.

Agradeço a professora Sandra, que me deu total apoio em vários momentos deste curso, dando suas contribuições e trazendo reflexões sobre o trabalho docente.

Agradeço a todos que fizeram parte projeto de extensão do Coro do Sertão no período em que fui coralista, onde fui muito bem recebida e me trouxe grandes ensinamentos, e me mostrou como a música é importante para alegrar os diversos momentos da nossa vida.

Agradeço ao ex-presidente Lula e a ex-presidente Dilma que trouxe um grande projeto de uma Universidade Federal para o sertão de Alagoas, e a realização deste projeto trouxe uma grande oportunidade de realizar sonhos de muitos sertanejos, principalmente daqueles que não tinham condições para pagar uma faculdade particular. Agradeço também, por criarem o Programa Bolsa Permanência-PBP, em que fui beneficiária por ser indígena, me dando a oportunidade de me manter até o fim na universidade mesmo estando desempregada.

## RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar como está sendo ofertado o Atendimento Educacional Especializado na escola regular durante o período de pandemia da Covid 19. Para tanto, um estudo de caso foi realizado com a contribuição de uma professora que atua em uma das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) de uma escola do município de Pariconha- AL. Partindo desse pressuposto, o trabalho trata sobre aspectos históricos da Educação Especial e Inclusiva a nível mundial e nacional; depois aborda sobre o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado- AEE, apresentando onde e como é ofertado esse atendimento, qual o perfil profissional para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e qual o público atendido e na sequência traz os resultados da pesquisa, mostrando os processos para realização, o perfil da professora participante e sobre o funcionamento da referida sala de recursos antes e durante a pandemia do Covid-19. A grande finalidade desta pesquisa é a de analisar e refletir como este atendimento destinado a pessoas com necessidades educativas especiais está sendo ofertado neste momento difícil de pandemia, a qual necessitou de modificações, em que as escolas de todo país tiveram que adotar novas metodologias de ensino remoto para se adaptar ao novo cenário de vida atual.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Salas de Recursos Multifuncionais.

## ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze how Specialized Educational Service is being offered in regular schools during the Covid 19 pandemic period. For that, a case study was carried out with the contribution of a teacher who works in one of the Multifunctional Resources (SRM) of a school in the municipality of Pariconha-AL. Based on this assumption, the work deals with historical aspects of Special and Inclusive Education at world and national level; then discusses the functioning of the Specialized Educational Service - AEE, presenting where and how this service is offered, what is the professional profile to work in the Multifunctional Resource Rooms (SRM) and who is served and then brings the research results, showing the processes for implementation, the profile of the participating teacher and the functioning of the aforementioned resource room before and during the Covid-19 pandemic. The main purpose of this research is to analyze and reflect on how this service for people with special educational needs is being offered at this difficult time of the pandemic, which needed changes, in which schools across the country had to adopt new teaching methodologies remote to adapt to the current new life scenario.

**Keywords:** Special education. Specialized Educational Service. Multifunctional Resource Rooms.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos excepcionais

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CESBE– Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro

CNE – Conselho Nacional de Educação

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério de Educação e Cultura

PAEE – Professor de Apoio Educacional Especializado

PAI – Plano de Atendimento Individualizado

PNEEPI – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

SEESP – Secretaria de Educação Especial

SRM – Salas de Recursos Multifuncionais

TA – Tecnologia Assistiva

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA</b> .....	14
2.1 O lugar da pessoa com deficiência na sociedade.....	14
2.2 A Educação Especial no Brasil.....	18
2.3 A Legislação sobre educação especial e inclusiva .....	23
<b>3 AEE NA ESCOLA REGULAR: COMO FUNCIONA, PERFIL DO PROFISSIONAL E A QUEM ATENDE</b> .....	28
3.1 O Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado .....	28
3.2 Perfil do professor do AEE .....	31
3.3 População Atendida .....	35
<b>4 O FUNCIONAMENTO DE UM SALA DE RECURSOS NA CIDADE DE PARICONHA- AL ANTES E DURANTE A PANDEMIA: O QUE DIZ A PROFESSORA DO AE</b> .....	38
4.1 A Pandemia do Covid-19 e a educação nacional .....	38
4.2 Processo da pesquisa e perfil da professora participante.....	40
4.3 Análise dos dados .....	42
4.3.1 O atendimento aos estudantes.....	44
4.3.2 A articulação entre professor da sala de recursos e professor da sala regula	45
4.3.3 Participação da família .....	46
4.3.4 Dificuldades encontradas .....	47
4.3.5 Metodologias adotadas .....	48
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	52

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o Atendimento Educacional Especializado (AEE), trazendo um estudo de caso realizado durante a pandemia da covid-19 no município de Pariconha-AL. Sabemos que os assuntos referentes a área da Educação Especial ganham grande foco em nossa sociedade atual, principalmente no que se diz respeito aos direitos fundamentais a serem garantidos e a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em escolas regulares.

Além disso, em nossa atualidade, toda a educação nacional precisou se reorganizar para lidar com um novo modo de vida social em razão da chegada de uma doença infecciosa chamada COVID-19, tendo que realizar mudanças e adotar uma nova forma de ensino. Desta forma, por conta do distanciamento social o ensino remoto se fortaleceu, e professores tiveram que ministrar suas aulas através de uma plataforma online e alunos precisaram realizar suas atividades a distância.

Com este novo cenário, a partir da nova organização de todo o ensino, também foi necessário reorganizar o Atendimento Educacional Especializado de forma remota, adaptando também as aulas, ao modelo não presencial por conta da necessidade de distanciamento social.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um atendimento específico destinado para o público-alvo da Educação Especial, que antes da pandemia era oferecido em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que tinham sua organização e funções bem definidas para garantir a participação dos alunos atendidos através de seus recursos pedagógicos e a acessibilidade oferecida, porém sua importância ia além, pois estavam incluídas na proposta pedagógica da escola e no processo de inclusão para garantir o desenvolvimento e o aprendizado dos alunos com vários tipos de deficiências, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Esse atendimento ganhou visibilidade e importância para garantir que os alunos fossem assistidos em suas especificidades, superando assim suas dificuldades, favorecendo seu desenvolvimento.

Porém, com o período de pandemia da Covid-19 e a necessidade de distanciamento social, as novas metodologias adotadas surgem para dar continuidade ao Atendimento Educacional Especializado de forma remota. Sendo assim, surge o principal objetivo deste trabalho, que é o de analisar como está sendo ofertado o

Atendimento Educacional Especializado na escola regular durante o período de pandemia da Covid 19. Para tanto, uma pesquisa foi realizada junto a uma professora que atua em uma Sala de Recursos Multifuncional (SRM) na cidade de Pariconha- AL, com o intuito de mostrar quais são os principais desafios e problemáticas encontradas diante dessa reorganização do ensino e das metodologias adotadas.

Esse trabalho está organizada da seguinte forma: na primeira sessão temos a introdução. Na segunda sessão iremos entender sobre aspectos históricos da educação especial e inclusiva, abordando como as pessoas lidavam com as deficiências em vários períodos históricos e como eram os pensamentos e concepções até chegar na necessidade e na realidade de se ter uma educação especial a nível mundial. Também será abordado sobre o surgimento de legislações referentes a Educação Especial em nosso país, vistas como grande marco para o oferecimento de uma educação inclusiva de qualidade. Assim foram utilizados autores como Azevedo (2012), Barbosa et al (2018), Mantoan (2011); Mendes e Malheiros (2012), Mendes (2010), Miranda (2008); Pavão e Pavão (2019), Seabra Junior e Lacerda (2018) e Silva (2012) e legislações como Constituição Federativa (BRASIL,1988), a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994).

Na terceira sessão será esclarecido sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola regular, mostrando como deve ser o funcionamento da SRM, qual o perfil profissional para atuar nessas salas e qual o público-alvo a ser atendido. Todo processo de construção da sessão foi baseado nas legislações vigentes existentes em nosso país que tratam da garantia de direitos a esse atendimento específico, desta forma foram utilizadas legislações como Resolução nº 04 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009), o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais (BRASIL, 2010), o Decreto Nº 7.611 que dispõe sobre a educação especial, o AEE (BRASIL, 2011), a Resolução CNE/CEB n.4/2009 (BRASIL, 2009), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008) e as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2008). Assim como também foram utilizados autores que tem seus escritos voltados para esta área como Kleina (2012), Souza, et al (2017), Portela e Almeida (2009).

Na quarta sessão será abordada a pesquisa do tipo qualitativa, classificada como estudo de caso que teve como participante uma professora de uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da cidade de Pariconha- AL, que teve como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado que conteve questões formalmente elaboradas com o intuito de colher informações sobre o funcionamento da sala de recursos e sua população atendida antes e durante a pandemia do Covid-19. Para fundamentação do capítulo foi utilizado o Parecer CNE/CP nº 11/2020 do Conselho Nacional de Educação- CNE (BRASIL, 2020); a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), Maia (2020), Gil (2002), Silva et al (2020), entre outros.

Assim, veremos a seguir todo o processo de desenvolvimento deste trabalho que foi de bastante relevância, a qual possibilitou a análise de fontes essenciais e a análise da realidade para se obter resultados e chegarmos a uma conclusão entorno das problemáticas encontradas em nossa atualidade voltadas para o tema pesquisado.

## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

O capítulo a seguir aborda o percurso histórico da pessoa com deficiência na sociedade, mostrando a forma como essas pessoas eram vistas e tratadas desde os primórdios da humanidade até o início do século XX, evidenciando que com o passar do tempo foram mudando as concepções e as formas de tratamento, até se chegar ao acesso à educação regular. Em seguida será abordado a Educação Especial no Brasil, em que será relatado sobre os marcos históricos importantes voltados para a educação de pessoas com necessidades educativas especiais, destacando as mudanças significativas que ocorreram até se chegar a educação na perspectiva da inclusão. E por fim, será exposto sobre o surgimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil, trazendo como prioridade a necessidade de oferecer a escolarização adequada aos estudantes. Apresentaremos a legislação nacional referente a Educação Especial no país, que promovem direitos fundamentais e definem diretrizes curriculares em várias etapas e modalidades da educação nacional para organizar o atendimento dos educandos público-alvo da educação especial.

### **2.1 O lugar da pessoa com deficiência na sociedade**

Para um melhor entendimento sobre o histórico da Educação Especial e Inclusiva em nível mundial, é preciso entender como as pessoas com deficiência eram tratadas em vários períodos históricos, quais foram as modificações que ocorreram desde os primórdios da humanidade até a contemporaneidade em relação as formas de tratamentos diferenciados de acordo com cada época e quais processos de lutas se passaram até a conquista de direitos essenciais, como o direito à educação especial e sua evolução com o passar do tempo.

Desta forma, em relação ao tratamento das pessoas com algum tipo de deficiência no período pré-histórico ou primitivo, Azevedo (2012, p. 3) nos esclarece que:

Primeiramente pelo processo pré-histórico, ou primitivo, baseava-se em uma seleção natural dos indivíduos, pelo fato das comunidades usarem o método de sobrevivência na caça e na pesca, ou seja, o indivíduo que apresentasse algum tipo de deficiência era rejeitado da comunidade.

Diante das palavras da autora, podemos observar que as sociedades primitivas eram voltadas à sobrevivência através da caça e da pesca, em que as pessoas deveriam nascer e crescer com um bom físico e ter competências necessárias para os trabalhos grupais. Desta forma, as pessoas que tinham algum tipo de deficiência eram rejeitadas pelos outros que viviam ao seu redor, pois não poderiam realizar os trabalhos que exigiam esforço físico e tinham assim poucas chances de sobrevivência.

Isso nos traz uma visão do quanto estas pessoas sofriam, tendo várias dificuldades para sobreviver, pois estavam totalmente dependentes do que a natureza os proporcionava e não poderiam realizar as tarefas a qual lhe eram destinadas com agilidade ou, em muitas vezes, não poderiam realizar de nenhuma maneira. Além disso, também sofriam por não ter condições físicas para acompanhar outras rotinas diárias, principalmente quando os grupos tinham de se deslocar para outros locais.

Na antiguidade as pessoas com deficiência eram vistas como aberrações ou como pessoas subumanas, e esta visão negativa justificava o abandono e até mesmo a eliminação. Como nesse período visava-se um corpo saudável e forte, os ideais eram baseados na perfeição e na beleza, pessoas deficientes eram submetidas a negligência através de práticas cruéis que eram consideradas comuns naquele período da história. De acordo com Pavão e Pavão (2019, p.16):

Na Grécia, lugar em que se buscava a formação do homem para servir ao estado e, portanto, o culto ao corpo ocupava lugar de destaque, as crianças que nasciam com deficiência eram sacrificadas pelo próprio pai. Em Esparta, conhecida pela formação de homens para a guerra, que era frequente, a prática do infanticídio era adotada por um conselho de anciões que verificava a criança, logo após o nascimento.

Conforme as palavras das autoras, podemos confirmar como era cruel o tratamento destinado às crianças deficientes neste período da história. Ao nascer, os pequenos eram verificados pelos mais velhos e sacrificados pelos pais em caso de deficiência, não havendo nenhum tipo de preocupação, caracterizando uma prática de exclusão, abandono ou eliminação.

Com o passar do tempo, ao se chegar na Idade Média, a visão em relação às pessoas com deficiência foi se modificando, e alguns indícios de preocupação foram surgindo. Porém, ainda não eram tratadas devidamente, pois existia muito preconceito e atribuições indevidas.

Segundo Silva (2012), no período da Idade Média, foi comum considerar que as pessoas com deficiência eram “possuídas pelo demônio” e que precisavam ser exorcizadas. Essa ideia mudou posteriormente e novos pensamentos surgiram, em que o homem era visto uma criatura divina, assim pregavam que para se alcançar a salvação era preciso que as pessoas se tratassem com bondade e ajudassem os outros, rompendo assim, com os pensamentos de execução e abandono. Dessa forma, “na era cristã, as pessoas com deficiência foram alvo de caridade e eram acolhidas em conventos ou igrejas, nas quais, possivelmente em troca de pequenos serviços, ganhavam a sobrevivência” (SILVA, 2012, p.16).

Mesmo com esse pensamento e os atos em ajudar essa parcela da população através da caridade, surgiram outros problemas, pois se atribuiu às pessoas com uma culpa, e mesmo sendo vistas como criaturas de Deus e que não deveriam ser mortas, foram culpadas por ter sua deficiência associada a um castigo de Divino. Essas pessoas também teriam que viver isoladas em asilos e hospícios sendo afastados do convívio social em situações desumanas de sobrevivência (SILVA, 2012).

Com o passar do tempo, no período da Idade Moderna novas concepções foram surgindo, e novos termos foram sendo usados na forma de tratar as pessoas com deficiência, principalmente por parte da área médica. Miranda (2008) se referiu a esse período como a fase da institucionalização e fez o seguinte esclarecimento:

A Idade Moderna, associada ao surgimento do capitalismo, presencia o início do interesse da ciência, especificamente da medicina, no que diz respeito à pessoa com deficiência. Apesar da manutenção da institucionalização, passa a existir uma preocupação com a socialização e a educação. No entanto, persistia uma visão patológica do indivíduo que apresentava deficiência, o que trazia como consequência o menosprezo da sociedade (MIRANDA, 2008, p. 30).

De acordo com a autora, foi a partir da Idade Moderna que surgem interesses científicos na área da medicina em relação à educação e socialização das pessoas com deficiência. Porém, a visão científica persistia em relacionar a deficiência a uma patologia, ou seja, os sintomas que essas pessoas sentiam eram associados a uma doença, que trazia consigo o desprezo por parte da sociedade.

A história de uma educação voltada a atender pessoas com deficiência tem seu marco inicial no século XVI. Neste caso, a deficiência que mais se destaca nesse período foi a educação de surdos, a qual Pedro Ponce de León (1520-1584) foi reconhecido como primeiro educador da história. Anos depois também são publicados

livros escritos por autores renomados, que explicavam teoricamente sobre deficiência mental de forma científica (SILVA, 2012).

Já no século XVII surge uma escola pública específica para pessoas surdas e o ensino da língua de sinais, a qual foi fundada por Charles Michel de L'Épée que reconheceu essa língua como essencial, pois através dela os surdos poderiam se comunicar. Anos depois também surgiu um instituto para jovens cegos fundado por Valentin Haüy que ensinava a utilização de letras em relevo, até que logo depois um novo código foi adaptado surgindo assim o Braille. Assim, com o passar do tempo, foram surgindo outras instituições e profissionais que se preocupavam em desenvolver trabalhos voltados para atender a outras deficiências (SILVA, 2012).

Nos séculos seguintes mudanças aconteceram, porém, foram marcados pela segregação. Como afirma Barbosa et al (2018, p.3):

A base filosófico-ideológica que persistiu no cenário internacional entre os séculos XVIII e XIX foi a do modelo escolar segregacionista, baseado na homogeneização das pessoas de acordo com suas características biológicas – concepção organicista.

Nesse período, os alunos que estavam inseridos nas escolas especiais eram nomeados como “Excepcionais”, trazendo uma visão patológica da deficiência, ou seja, uma visão da deficiência como doença, por isso eram segregados em salas especiais e excluídos das salas regulares. De acordo com Barbosa et al (2018, p.4):

A partir do final do século XIX e início do século XX, foi percebido que o atendimento educacional das pessoas com deficiência era também um problema do Estado e da rede regular de ensino, sendo necessária a organização de um modelo de escola pública capaz de acolher os alunos “portadores de necessidades especiais”, surgindo, assim, as “escolas especiais” públicas ou a instalação de “classes especiais” nas já existentes, que visavam oferecer à pessoa “deficiente” uma Educação à parte. Emerge nesse cenário brasileiro o paradigma da integração instrucional, no qual os discentes com deficiência – seja física, sensorial ou intelectual – poderiam se matricular em salas de aula comuns se possuísem condições de acompanhar e desenvolver, no mesmo ritmo dos estudantes ditos “normais”, as atividades curriculares programadas para o ensino comum. No entanto, aqueles que possuísem rendimento escolar abaixo da média estipulada pelo sistema de ensino continuavam segregados da rede regular e sua matrícula se limitava às “escolas especiais”.

Com base nas afirmações, podemos observar que foi somente a partir do final do século XIX e início do século XX que se percebeu as problemáticas existentes diante da oferta do atendimento educacional destinado às pessoas com deficiência,

detectando-se como uma problemática do Estado e da rede regular de ensino, que precisaria de uma nova organização que acolhesse os alunos que tinham necessidades educacionais especiais, neste foco, surgem escolas públicas que tinham classes especiais para oferecer uma educação à parte.

Porém, mesmo com o surgimento desse modelo de educação oferecido a pessoas com deficiência, a educação ainda era segregada e limitada nas salas regulares, em que apenas discentes com deficiências físicas, sensoriais e intelectuais poderiam se matricular em salas comuns, mas deveriam possuir condições para acompanhar o desenvolvimento da turma, e se caso não tivesse no mesmo ritmo, eram segregados novamente em escolas especiais (BARBOSA et al, 2018).

Assim, podemos entender que o acesso à educação de pessoas com deficiências não aconteceu de uma hora para outra, ocorreu em um processo lento, que foi se expandindo primeiramente em alguns países da Europa e da América do Norte, até chegar ao Brasil, que influenciado por experiências já adquiridas, no decorrer dos anos foi ampliando sua oferta de educação através de ações isoladas e particulares a serem implementadas para atender pessoas com deficiência mental, física e sensorial.

## **2.2 A Educação Especial no Brasil**

A Educação Especial no Brasil foi influenciada pelas ideias do liberalismo que defendia a liberdade de todos os indivíduos e a democratização dos direitos dos cidadãos. A educação de pessoas com necessidades educacionais especiais ocorreu primeiramente em instituições com caráter assistencial e filantrópico, para se chegar no modelo que temos na atualidade, que é o da inclusão.

Um grande marco da Educação Especial no Brasil foi a criação de dois institutos importantes, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos criado em 1854, sendo este um grande passo para a garantia de direitos dos cegos, e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos criado em 1857 na cidade do Rio de Janeiro. Como podemos observar, esses institutos surgiram pela iniciativa do governo daquele período, que era o governo Imperial, e com o passar dos anos esses institutos foram renomeados, sendo também considerados como uma grande conquista, mesmo com precariedades ainda existentes (SILVA, 2012). Miranda (2008, p. 31) complementa explicando que:

A Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade as deficiências físicas. Podemos dizer que com relação a deficiência mental houve um silêncio quase absoluto.

Podemos observar que as ações naquele período histórico eram mais voltadas para dois tipos de deficiências: a visual e a auditiva, com menor preocupação com as deficiências físicas e um certo esquecimento diante da deficiência mental. Porém, com o passar do tempo as instituições que atendiam às pessoas com esse tipo de deficiência foram surgindo e aumentando no país.

Neste mesmo período, o atendimento na área da educação era oferecido a pessoas com deficiência a partir de duas vertentes:

Na história da Educação especial no Brasil, duas vertentes pedagógicas foram observadas, a médico-pedagógica e a psicopedagógica. Resumidamente, na vertente médico-pedagógica, as decisões tanto relacionadas com o diagnóstico quanto com as práticas escolares, são subordinadas ao médico. Por sua vez, na vertente psicopedagógica, há maior ênfase nos princípios psicológicos, embora o papel do médico ainda seja importante (SILVA, 2012, p. 28).

Essas duas vertentes foram grandes influenciadoras na área de Educação Especial em nosso país. A vertente médico-pedagógica estava relacionada ao campo médico em diagnosticar, mas também às práticas escolares, preocupava-se com a eugenia, ou seja, com a melhoria biológica do ser humano e com a higienização e também percebia a importância da Pedagogia. Já a vertente psicopedagógica, tinha seus princípios voltados para a Psicologia, procurava explicações baseadas no conceito anormalidade para melhor diagnosticar e defendia a educação daquelas pessoas vistas como anormais, se destacou pelo uso de testes de inteligência.

A partir da década de 1920 foram realizadas várias reformas pedagógicas, com a apresentação de novas ideias, sendo a vertente psicopedagógica influenciada pelo movimento chamado de Escola Nova, que tinha seus interesses e preocupações voltados para uma educação inovadora, com o intuito de sair do tradicionalismo que estava vinculado ao modo de educar do passado. Nesse período, houve a criação de documentos que valorizavam ainda mais a educação e seus novos critérios. De acordo com Mendes (2010, p. 96):

Dentre os adeptos da escola nova, que no decorrer da década de vinte empreenderam reformas estaduais destaca-se Francisco Campos, de Minas Gerais, que trouxe professores psicólogos europeus para ministrar cursos

para professores. Entre estes estrangeiros chega ao Brasil em 1929 Helena Antipoff, uma psicóloga russa que se radicou no país e influenciou o panorama nacional da educação especial.

Podemos observar que no período da década de 1920 reformas foram feitas e os professores psicólogos foram trazidos da Europa por Francisco Campos, que foi um grande adepto do movimento escola-novista. Assim, com a entrada da Psicologia no campo da educação esses professores especializados agiram com grande precisão para a evolução da educação especial fazendo com que novos caminhos fossem trilhados.

Observamos também, que na década de 1930 pessoas envolvidas com a questão da deficiência se destacaram por seu empenho na área. Destaca-se a psicóloga russa Helena Antipoff, que foi uma grande influenciadora no trabalho com a educação especial em nosso país com a criação da sociedade Pestalozzi, que atendia pessoas com deficiência e valorizava o uso da psicologia com as crianças.

As décadas seguintes foram marcadas pelas mudanças na educação nacional, que também trouxe a expansão de ações governamentais na área da educação especial através da criação de instituições destinada às pessoas com deficiência, assim como instituições privadas e filantrópicas.

Assim Mendes (2010) afirma que Helena Antipoff expandiu seu trabalho no país e participou de novas iniciativas, a qual nas décadas seguintes:

Além dessas iniciativas participou ativamente do movimento que culminou na implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954, além de influenciar a formação de um contingente grande de profissionais que passaram a se dedicar à área nos anos posteriores. (MENDES, 2010, p.97).

De acordo com as palavras da autora, observamos que anos posteriores Helena Antipoff continuou com seu trabalho voltado para a educação de pessoas com deficiência, e participou do movimento que resultou na implantação da Associação de Pais e Amigos dos excepcionais (APAE), além de influenciar a formação de profissionais que atuaram na área.

O período de institucionalização foi marcado pelo atendimento de pessoas com deficiência em Instituições residenciais segregadas, ou seja, essas instituições afastavam as pessoas com deficiência das escolas regulares com a justificativa de dar uma educação mais específica. (SILVA, 2012).

Além das associações e ações governamentais voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência, também foram criadas escolas vinculadas a hospitais, assim como também foram criadas escolas vinculadas ao ensino regular. Além disso, acrescenta Silva (2012, p.32), “instituições filantrópicas continuaram sendo fundadas e, principalmente a partir de 1950, surgem institutos pedagógicos e centros de reabilitação, geralmente particulares”.

Na década de 1950 o atendimento especializado foi firmado e assumido de um modo mais claro pelo governo federal através da criação das chamadas “campanhas”, atendendo cada tipo de deficiência separadamente. Mantoan (2011, p. 3) afirma que:

A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das "Campanhas", que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro/RJ. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender à outras deficiências.

Podemos observar que essas campanhas tinham o objetivo de tomar medidas necessárias para o atendimento específico dos vários tipos de deficiências, porém cada uma seria atendida de forma separada, como a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro-CESBE, que foi seguida pela criação de um Instituto específico que prestaria assistência às pessoas surdas, assim também foram criadas campanhas para atender a pessoas com outras deficiências.

Na década de 1960 ocorreu um momento de valorização e de firmamento da educação especial. Neste período as instituições que já existiam se expandiram e outras instituições foram criadas, principalmente instituições que tinham o caráter filantrópico. Muitas dessas instituições se destacaram em seus atendimentos e prestação de serviços eficientes que existem até os dias atuais. Além disso, Silva (2012, p. 39) nos faz o seguinte esclarecimento:

Ainda no período de institucionalização, um importante acontecimento foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024, de 1961. Nessa Lei, a educação das pessoas com deficiência é abordada de forma explícita em dois artigos: [...] Art.88. A educação de excepcionais deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo e subvenções. [...].

Como podemos observar, a nomenclatura usada para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais nesse período era a “educação de excepcionais”, e através da promulgação desta lei se obteve um marco histórico nesse período de institucionalização pois, anteriormente a esse período não eram reconhecidos os direitos de educação e enquadramento no sistema geral das pessoas com necessidades educacionais especiais, e a partir dessa lei as iniciativas tomadas e ações voltadas para essa área da educação que antes estavam restritas às iniciativas isoladas, passa a ter mais ajuda do poder público.

Assim, observamos que o período de institucionalização foi marcado pela criação de novas instituições e expansão de instituições já existentes. Além disso, foi aprovada e oficializada a lei que incluía o direito e dizia a respeito da educação especial em vários aspectos políticos. De acordo com Mantoan (2011, p. 3):

Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial - CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial - SEESP, que manteve basicamente as mesmas competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC.

Como vimos, na década de 1970, período de governo ditatorial, foi apresentada uma primeira proposta voltada para a educação especial com ajuda de um grupo formado para atuar nesta área específica, sendo este grupo fundado por iniciativas governamentais e tinha grande influência do Ministério da Educação e Cultura. Além disso, havia o especialista que entendia do assunto e contribuiu ativamente para seu desenvolvimento, com a criação de um órgão central para desempenhar as funções destinadas a esse novo campo da educação. Dessa forma, marcou-se mais um passo nos processos de evolução da educação especial neste país, com competências firmadas e bem definidas em sua organização.

Até esse período da história muitas pessoas se interessaram e contribuíram para a educação das pessoas com deficiência, a exemplo de pais e educadores. Mas também houve políticos que se envolveram com as causas, e pessoas importantes no cenário nacional foram protagonistas, tendo papéis relevantes. Porém, os pais de pessoas com deficiência é que se destacaram como grandes lideranças e tiveram

grandes iniciativas para manter as condições de atendimento clínico e escolar de seus filhos (MANTOAN, 2011).

Na década de 1980 e 1990 esse cenário muda, e as próprias pessoas com deficiência entram na luta por seus direitos, participando ativamente dos processos de reconhecimento e respeito aos seus direitos, como nos esclarece Mantoan (2011, p. 4).

Só muito recentemente, a partir da última década de 80 e início dos anos 90 as pessoas com deficiência, elas mesmas, têm se organizado, participando de Comissões, de Coordenações, Fóruns e movimentos, visando assegurar, de alguma forma os direitos que conquistaram de serem reconhecidos e respeitados em suas necessidades básicas de convívio com as demais pessoas. Esses movimentos estão se infiltrando em todos os ambientes relacionados ao trabalho, transporte, arquitetura, urbanismo, segurança previdência social, acessibilidade em geral. As pessoas buscam afirmação e querem ser ouvidos, como outras vozes das minorias, que precisam ser consideradas em uma sociedade democrática, como a que hoje vivemos neste país. Mas, infelizmente, apesar de estarem presentes e terem mostrado suas atuações em vários aspectos da vida social, os referidos movimentos não são ainda fortes no que diz respeito às prerrogativas educacionais, aos processos escolares, notadamente os inclusivos.

Podemos observar que a partir da década de 1980 e início da década de 1990 ocorre um momento de integração social e a visão assistencialista foi superada, pois as próprias pessoas com deficiências entraram na luta dos seus direitos sociais e começam a participar ativamente de organizações e movimentos voltados para o reconhecimento e respeito de seus direitos em nosso país.

Os movimentos foram de grande eficácia, pois as lutas tinham o propósito de obtenção do direito de uma vida melhor a partir do acesso ao mercado de trabalho, de mais acessibilidade na locomoção, da criação de benefícios oferecidos pela previdência social, entre outros. Enfim, essas pessoas lutaram para serem ouvidas, uma vez que o povo tem voz na luta pelos seus direitos, porém os movimentos ainda não tinham grande força para garantir diretamente uma educação inclusiva. Neste período de transformação política e social ocorreram diversas mudanças sociais e grandes conquistas.

### **2.3 A Legislação sobre educação especial e inclusiva**

Nas últimas décadas surgiram diversas legislações referentes a Educação Especial em nosso país, que promovem direitos fundamentais e definem diretrizes

curriculares em várias etapas e modalidades da educação nacional para organizar o atendimento dos educandos público-alvo da educação especial.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge pela primeira vez através de Constituição Federal de 1988, trazendo como prioridade a necessidade de oferecer a escolarização adequada aos estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns, porém apresentando algo a mais, com direito de um tratamento diferenciado e adequado às necessidades educacionais especiais dos estudantes. Desta forma, nossa Carta Magna proporciona uma nova forma de garantir direitos à igualdade a qual se evitaria práticas discriminatórias de escolarização. (MENDES; MALHEIROS, 2012).

Assim, a Constituição Federal estabelece o direito à integração escolar na rede regular de ensino, ou seja, garante o direito à educação e atendimento aos alunos que tenham necessidades educacionais especiais no ensino regular com propósito de que sejam melhor atendidos. Em seu Capítulo III o documento fala especificamente dos direitos da Educação, da Cultura e do Desporto e define em seu Art. 205 que a educação é um direito de todos e o Estado e a Família têm o dever de garanti-la, prevendo que esta deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade em vários sentidos, para garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). E especificamente no inciso III do Artigo 208 prevê o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988, on-line).

Com base nos artigos mencionados, podemos observar que nossa Carta Magna de 1988 institui os direitos a serem garantidos aos cidadãos, com o direito de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, sendo esta uma grande conquista, assim como também garante direitos em outras áreas com propósito de ofertar melhor forma de vida e garantia de direitos básicos, como o já mencionado direito à educação.

Além disso, após a promulgação da Constituição Federal, a década de 1990 foi marcada pelos movimentos de reforma no sistema educacional com ações voltadas para a equidade social com foco na universalização do acesso à escola e a qualidade do ensino (MENDES; MALHEIROS, 2012).

Com a Declaração Mundial sobre a Educação para todos de 1990 e a Declaração de Salamanca de 1994, reconheciam a necessidade de uma educação

com garantia de igualdade do acesso para pessoas com necessidades especiais dentro do sistema regular de ensino, se inspirando na igualdade de valor e atenção às diferenças.

A Declaração de Salamanca, em relação a estrutura adotada pela conferência Mundial em Educação Especial esclarece:

Esta Estrutura de Ação em Educação Especial foi adotada pela conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, realizada em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. Seu objetivo é informar sobre políticas e guias ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, Política e prática em Educação Especial. A Estrutura de Ação baseia-se fortemente na experiência dos países participantes e também nas resoluções, recomendações e publicações do sistema das Nações Unidas e outras organizações Inter- governamentais, especialmente o documento "Procedimentos-Padrões na Equalização de Oportunidades para pessoas Portadoras de Deficiência. Tal Estrutura de Ação também leva em consideração as propostas, direções e recomendações originadas dos cinco seminários regionais preparatórios da Conferência Mundial (UNESCO, 1994, p.3).

Através da Conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO em 1994 em Salamanca, surge um dos documentos mais importantes voltados para melhorias, qualidade e desenvolvimento da Educação Inclusiva no mundo. A Declaração de Salamanca traz em seu texto princípios, política e prática em Educação Especial. Em sua Estrutura de Ação trouxe considerações, recomendações, propostas e direções voltadas para a prática em Educação Especial, destacando principalmente a necessidade de inclusão das pessoas que apresentam necessidades educativas especiais.

Assim, os debates para inclusão ganham força na década de 1990, como também tiveram diversos avanços em termos de legislação e nas reformas do sistema educacional. Em nosso país, um grande avanço em termo de legislação foi a promulgação da Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que traz em seus artigos o direito à educação especial com critérios bem definidos a serem seguidos. Para Miranda (2008, p. 36):

Essa lei expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos. Podemos citar a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos; a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para alunos e a necessidade de o professor estar preparado e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos alunos.

Assim, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é tratada como um grande avanço para nossa educação, assim como também é considerada um grande progresso no que refere a educação especial, pois prevê a oferta de educação especial com melhorias nos serviços para o público-alvo a ser atendido, indicando a necessidade de se ter professores habilitados para lidar com a diversidade e a utilização de recursos adequados para gerar aprendizagem. Seu Artigo 58 faz a seguinte definição:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (BRASIL, 1996).

Conforme exposto na referida Lei, podemos verificar a obrigatoriedade de oferta dessa modalidade de educação na rede regular de ensino, sendo definido o público-alvo a ser destinada. É especificado em seus parágrafos a oferta quando necessária de um serviço de apoio especializado para atender os alunos que apresentem necessidades de um apoio especial, também terão classes ou escolas destinadas a atender alunos com necessidades educacionais especiais, caso eles não consigam se integrar nas salas de ensino regular, e por fim é vista a oferta deste tipo de educação desde a educação infantil.

Assim, mesmo sendo esta lei muito importante para a educação nacional, com seus artigos bem específicos, que promovem diversos direitos às pessoas com necessidades educacionais especiais, observamos que ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma verdadeira prática escolar que garanta o direito de aprendizagens significativas, que promovam o desenvolvimento do educando e favoreçam o processo de inclusão tão discutido em nosso meio social.

Nesse sentido, destacaremos algumas leis. O decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 define a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, trazendo orientações e normativas para a garantia dos direitos sociais

das pessoas com deficiência. Por sua vez, a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Mais adiante a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um meio legal de comunicação e expressão. E a Portaria MEC nº 2.678 de 2002 aprova a grafia do Braille para a língua portuguesa, estabelecendo diretrizes e normas para a utilização.

Assim, de acordo com Seabra Junior e Lacerda (2018, p. 3):

No decorrer das últimas três décadas, o cenário educacional nacional sofreu mudanças importantes. Entre elas destacam-se as políticas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, como: adequação curricular; política de acessibilidade na escola; análise acadêmico-científica das tecnologias de informação e comunicação (TIC); desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva (TA); implantação das salas de recursos multifuncionais (SRM); Plano de Atendimento Individualizado (PAI); formação continuada para professores de sala regular; salas de recursos e para gestores; entre outras ações que compreendem as inovações e oportunidades igualitárias, que promovam a inclusão como um direito de todos.

Durante as últimas três últimas décadas ocorreram diversas mudanças que foram consideradas grandes conquistas de direitos para os alunos da educação especial, por meio da criação de políticas específicas para melhor atendê-los, com a intenção de promover uma educação verdadeiramente inclusiva, com currículo adequado, com mais acessibilidades no espaço escolar, com a capacitação adequada de profissionais para atuar nas salas de recursos multifuncionais que são consideradas também uma grande conquista, assim como também nos processos de inclusão nas salas regulares, entre outras conquistas já mencionadas pelos autores.

De um modo geral, todo o processo de conquistas de direitos serviu para firmar ações e gerar a tão sonhada inclusão, favorecendo o desenvolvimento e aprendizagens significativas e adequadas, trazendo um leque de oportunidade de uma educação de qualidade para atender esse público tão especial.

### **3 AEE NA ESCOLA REGULAR: COMO FUNCIONA, PERFIL DO PROFISSIONAL E A QUEM ATENDE**

O presente capítulo esclarece sobre o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), apresentando onde e como é ofertado esse atendimento, qual o perfil profissional para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e qual o público a ser atendido. Tudo será apresentado com base em legislações e políticas educacionais vigentes em nosso país que definem objetivos e diretrizes que garantem o direito de um atendimento específico ao público-alvo da Educação Especial, assim como também contará com apoio teórico de Kleina (2012), que tem escritos relacionados a essa área, especificamente no que se refere as tecnologias assistivas.

#### **3.1 O Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado**

Sabemos que houve diversas mudanças históricas no contexto da Educação Especial em nosso país, que contribuíram para a criação de políticas educacionais essenciais existentes em nossa atualidade que dão o direito a um atendimento educacional especializado a pessoas com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Com a criação dessas políticas veio também o acesso a melhores condições educacionais que contribuem para o processo de inclusão. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorre nas chamadas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) que estão presentes nas escolas das redes regulares de ensino, com a intenção de favorecer mais participação desses alunos no meio social e gerar melhores formas de aprendizagens.

O AEE é um tipo de atendimento muito importante e essencial, e tem a intenção de promover mais acesso à educação ao público-alvo da Educação Especial através do processo de inclusão. Conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Especial Para o Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica:

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008, on-line).

De acordo a Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial faz os seguintes esclarecimentos

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços (BRASIL, 2009, p.1).

Conforme os artigos apresentados acima, observamos que estes explicam especificamente que os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação devem ser matriculados em classes comuns do ensino regular e também devem ser matriculados no AEE, o qual deverá ser ofertado nas Salas de Recursos Multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Nesse sentido, entendemos que esse público-alvo, primeiramente deverá ser matriculado nas salas regulares de ensino para se socializar com todos os alunos e participar das diversas atividades diárias promovidas na sala de aula. Porém, é através AEE, oferecido no contra turno e em uma sala específica, que se obtém mais acessibilidade aos alunos, um melhor desenvolvimento e aprendizagem por meio de estratégias complementares, desta forma os processos de formação trarão uma melhor participação na sociedade (BRASIL, 2009).

No entanto, para o bom funcionamento desse atendimento deverão ter recursos materiais, equipamentos e mobiliários específicos que atendam as múltiplas deficiências, bem como materiais didáticos e pedagógicos específicos para melhorar as formas de comunicação e informação. E para se obter mais acesso as salas,

deverão ser disponibilizados meios de transportes adequados, entre outros serviços que promovam melhores condições (BRASIL, 2009).

Desse modo, no que se refere ao local onde deve ser ofertado o AEE, o funcionamento pedagógico das SRM, se dá de diversas formas e envolve várias situações de aprendizagens, que vai de acordo com a organização do espaço físico que deve ser acessível e ter mobiliário adequados, também ter materiais didáticos e equipamentos específicos. Essas salas têm uma perspectiva de inclusão e tem foco voltado para pessoas de diversas faixas etárias, com o intuito de superar barreiras nos processos de aprendizagens.

Conforme o Manual de Orientação do Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais:

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende a necessidade histórica da educação brasileira, de promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização (BRASIL, 2010, p.4).

As SRM são muito importantes, pois são vistas como uma grande conquista da educação brasileira em obter espaços necessários que garantam condições de acesso, participação e aprendizagens de alunos com necessidades educacionais especiais, porém essas salas não substituem o ensino regular.

Assim, entendemos que o AEE tem seus objetivos bem definidos. No Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências nos mostra que:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:  
I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, on-line).

Com base nos objetivos apresentados, podemos observar que o AEE almeja garantir aos alunos com necessidades educacionais especiais melhor acesso à educação, mais participação e principalmente garantir a aprendizagem de acordo com as necessidades de cada estudante. É possível, por meio do uso de recursos didáticos

e pedagógicos adequados gerar aprendizagem, assim como também tem o objetivo de dar oportunidades para que esses alunos tenham condições de continuar seus estudos em outras etapas e modalidades de ensino.

O Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, também define sobre as obrigações da União para prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino para a oferta desse atendimento. Nos mostra que:

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 2011, on-line).

Diante da análise do presente artigo, podemos observar que a União tem a obrigação de dar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino que ofertam o AEE em todo país, assim como também deve dar o mesmo apoio às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas que também oferecem esse atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Conforme o referido decreto, entende-se que através desse financiamento será dado apoio técnico e financeiro para aprimorar o AEE. Para tanto, serão implantadas nas escolas as Salas de Recursos Multifuncionais; promovidas a formação continuada de professores especialistas para atuar na área de Educação Especial; promovidas também a formação de gestores, educadores e profissionais que fazem parte da escola para atender a perspectiva de uma educação inclusiva em diversos setores, os prédios escolares ganharão adequação arquitetônica em sua estrutura para dar mais acessibilidade e as SRM terão um ambiente adequado, com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos adequados para a melhor oferta desse atendimento (BRASIL, 2011).

### **3.1 Perfil do professor do AEE**

Para a atuação no AEE em salas de recursos multifuncionais é preciso que o professor tenha formação especial, com conhecimentos específicos na área para atuar de forma adequada. Diante dessa perspectiva, a resolução CNE/CEB N.4/2009,

em seu art. 12, também afirma que: “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, p.3).

Conforme as afirmações anteriores, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) complementa que:

O atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros (BRASIL, 2008b, p.16).

A referida lei, tão importante para a Educação Especial, também define como deve ser a atuação profissional, reforçando a necessidade desses profissionais terem conhecimentos específicos para atuar na área, como o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais e da Língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, que seria destinada para a educação de surdos, também é necessário o conhecimento sobre o sistema Braille para a Educação de alunos cegos, entre outros conhecimentos na área para melhor atender aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Por sua vez, as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, reforçam a necessidade de formação inicial para o exercício profissional e formação específica para atuação na Educação Especial e trazem as atribuições do professor do AEE:

São atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros (BRASIL, 2008a, p.4).

As diretrizes nos mostram que para atuar no AEE o professor deverá ser primeiramente formado para o exercício da docência, em seguida também precisará de uma especialização em Educação Especial, pois em sua prática irá assumir muitas atribuições que precisam de conhecimentos específicos na área para que esse atendimento funcione de forma adequada e favorece o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

Para trabalhar com os vários tipos de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação de seus alunos, o professor que atua na área do AEE deve estar bem atento ao que vai utilizar em seu atendimento, observando sempre se os materiais didáticos e pedagógicos que serão utilizados com seus alunos são adequados, se favorecem o desenvolvimento em diferentes aspectos, se despertam o interesse de aprender, entre outras coisas.

O professor deve sempre trazer práticas inovadoras, expandindo suas metodologias, buscando novos recursos tecnológicos para introduzir na sala de recursos, e neste caso, as Tecnologias Assistivas (TA) são muito úteis e podem contribuir significativamente para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Segundo Kleina (2012) através das Tecnologias Assistivas (TA), que são ferramentas ou equipamentos que auxiliam no processo de ensino aprendizagem, e no uso de metodologias inovadoras, podem ser melhorados os aspectos de comunicação entre professor e aluno e aperfeiçoar as qualidades de interação na escola e na sociedade. Assim, explica Kleina (2012, p. 34):

Podemos perceber que as tecnologias assistivas têm como objetivo central prover as pessoas com algum tipo de deficiência maior autonomia e independência, melhor qualidade de vida e inclusão social e educacional, por meio do aumento de sua comunicação e mobilidade, do domínio do ambiente, do desenvolvimento de habilidades que auxiliem o aprendizado, o trabalho e a integração com a família e a sociedade.

Dessa forma, entendemos que as tecnologias assistivas podem dar suporte e facilitar a aprendizagem dos alunos que tem algum tipo de necessidade educativa especial, promovendo o processo de inclusão. Elas se mostram muito eficazes, pois têm a capacidade de proporcionar às pessoas com necessidades educativas especiais maior autonomia e mais independência no meio escolar, melhorando a qualidade de vida e a execução das atividades diárias na escola. Além disso, pode também, melhorar as formas de comunicação e mobilidade para gerar mais aprendizado, não só na escola, mas em vários setores da sociedade.

O uso das Tecnologias Assistivas (TA) leva o professor a estudar mais sobre sua área de atuação profissional e a conhecer melhor seus alunos, passando a observar onde deve aprimorar suas práticas, avaliar suas ações e propor novas metodologias para melhorar o processo de ensino aprendizagem de seus alunos. Neste caso, o uso das Tecnologias Assistivas (TA) não fará com que o aluno com necessidades educacionais especiais faça as suas tarefas conforme os demais colegas, mas sim permitirá que o estudante faça atividades do seu jeito, tendo mais autonomia no seu processo de aprendizagem (KLEINA, 2012).

Assim, podemos observar que o AEE ofertado em salas de recursos multifuncionais é essencial esses alunos, pois é neste espaço que estes irão expandir e desenvolver habilidades e conseqüentemente aprender. O professor, através do acesso às Tecnologias Assistivas (TA), proporcionará o desenvolvimento, assim como também mais qualidade de vida e uma verdadeira inclusão social.

Porém, o professor da sala de recurso deve sempre estabelecer uma articulação com o professor da sala de aula comum, fazendo assim um trabalho conjunto, pois o grande objetivo desse atendimento é o de proporcionar a aprendizagem desses alunos na classe comum, promovendo mais participação nas atividades escolares.

Nesse sentido, os professores da sala comum e da sala de recursos devem ter propostas educacionais bem articuladas, para garantir um ensino de qualidade para seus alunos. Também é preciso que a escola esteja adequada para ofertar um

atendimento que atenda às necessidades dos estudantes da público-alvo da Educação Especial. Como afirma Souza et al (2017, p.1050):

A qualidade de ensino é um elemento essencial para se alcançar o desenvolvimento de estudantes com e sem deficiência. Não basta inseri-los em sala de aulas comum, mas se faz necessária a adequação de todo o contexto escolar para atendê-los.

Os autores complementam que:

O professor de classe comum deve atuar como facilitador no processo de inclusão, e para tanto, precisa conhecer os elementos necessários para atuação com seu aluno PAEE, a fim de identificar as suas especificidades e seu potencial de desenvolvimento, para, então, poder desenvolver atividades mais eficazes, contribuindo para que esse aluno atinja um nível mais elevado de desenvolvimento e se beneficie do processo de inclusão SOUZA et al (2017, p. 1052).

Conforme as afirmações, podemos perceber que o professor da sala comum deve atuar de forma que facilite o acesso aos conhecimentos necessários para garantir o desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos com necessidades educativas especiais, para que haja a verdadeira inclusão em sala de aula, identificando sempre quais são as dificuldades encontradas e que representam barreiras para o aprendizado desses alunos, com a intenção de trazer propostas mais eficazes e proporcionar aprendizagens significativas.

Assim, o professor que atua em SRM deve sempre dar grande importância a esse processo de colaboração com o professor da sala comum, pois é através dessa união que serão oferecidas melhores estratégias para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial.

### **3.2 População Atendida**

Sabemos que o AEE está dentro de uma perspectiva de educação inclusiva e integra a proposta pedagógica da escola regular, e que esse atendimento é destinado ao público-alvo da Educação Especial, que são aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação. Desta forma, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL, 2008, p.15)

Diante do exposto, podemos observar que o referido documento define especificamente o público-alvo a qual é destinado o AEE, definindo sobre quais são as deficiências a serem atendidas, também explica sobre as características dos alunos com transtornos globais do desenvolvimento, assim como caracteriza quem são os alunos com altas habilidades/superdotação. Porém, nos chama a atenção que o atendimento especializado também é muito eficaz para tratar de transtornos funcionais específicos de aprendizagem, como a dislexia, a disortografia, a disgrafia, a discalculia, o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, entre outros.

A participação da família também se mostra como muito importante para o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no meio escolar. Desta forma, é essencial que os pais ofereçam uma boa educação desde o ambiente familiar e acompanhem todo o processo de desenvolvimento de seus filhos na escola, na sala regular e também no AEE.

Conforme as palavras de Portela e Almeida (2009, p.154):

A educação familiar dos filhos, sobretudo daqueles que apresentam necessidades educativas especiais, representa um requisito social decisivo para a sua formação escolar, e, ao longo de todo o período escolar, é uma condição essencial tanto para o desenvolvimento da personalidade como para a educação por parte da escola. Tem-se constatado que, quando os pais participam ativamente da educação dos filhos, esses tendem a render mais na escola, e seus progressos são maiores.

Assim, conforme as palavras das autoras, podemos observar que a família é essencial em todo o processo de formação escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, pois além de oferecer desenvolvimento no processo de construção da personalidade também trará melhores condições no processo de

educação oferecido pela escola, fazendo com que aprendam mais e tenham resultados significativos.

De forma geral, para a garantia de uma educação que atenda esse público alvo de uma forma adequada e que gere desenvolvimento e aprendizagens significativas é preciso de que as escolas estejam totalmente adaptadas conforme todos os requisitos definidos nas legislações vigentes destinadas a essa área, tendo assim profissionais especializados, tendo um ambiente acolhedor e com estrutura adequada para dar acessibilidade, salas de aula comuns ou especializadas com mobiliários e equipamentos adequados, banheiros adaptados, participação ativa da família, etc. Mas, ainda são encontrados outros diversos desafios que interferem no processo de inclusão adequado.

## **4 O FUNCIONAMENTO DE UM SALA DE RECURSOS NA CIDADE DE PARICONHA- AL ANTES E DURANTE A PANDEMIA: O QUE DIZ A PROFESSORA DO AEE**

O presente capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada com uma professora que atua em uma sala de recursos multifuncional na cidade de Pariconha-AL. Esclareceremos sobre o processo da pesquisa, o perfil da professora participante; em seguida e abordaremos sobre o funcionamento da referida sala de recursos antes e durante a pandemia do Covid 19. Os dados coletados foram organizados em 4 eixos de análise, a saber: 1. O atendimento aos estudantes; 2. A articulação entre professor da sala de recursos e professor da sala regular; 3. Participação da família; 4. Dificuldades encontradas e 5. As metodologias adotadas.

### **4.1 A Pandemia do Covid-19 e a educação nacional**

Na atualidade, nos deparamos com um novo cenário que causa grande impacto no meio educacional e em diversos setores da sociedade, gerando principalmente mudanças no modo de vida das pessoas. Essas mudanças foram ocasionadas através da chegada do Coronavírus, um vírus que causa uma doença infecciosa chamada Covid-19, que gerou uma pandemia mundial, modificando o modo de vida de todos, afastando as pessoas de diversos locais, inclusive dos espaços escolares.

Diante desse novo cenário, as escolas de todo país tiveram que adotar novas metodologias de ensino, implementando o ensino remoto, em que professores ministram suas aulas e interagem com seus alunos à distância, por meio da internet em um ambiente virtual de aprendizagem. É comum que as aulas sejam ofertadas nos mesmos horários em que ocorriam as aulas presenciais no ambiente escolar.

Com base neste novo contexto e no que se refere as mudanças ocorridas na educação brasileira, surge o interesse específico em pesquisar sobre como está sendo ofertado o AEE nesse momento tão delicado de pandemia.

Lembremos que a Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo I que trata sobre o direito à vida traz a seguinte garantia:

Art. 10. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.

Parágrafo único. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança (BRASIL, 2015, online).

Conforme o artigo acima, observamos que o poder público tem o dever de garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda vida, e que específica em seu parágrafo único sobre o dever do poder público em adotar medidas de proteção em diversas situações que ocasione situações de risco, estado de emergência ou calamidade pública. Com base nisso, notamos que o poder público tem o dever de planejar ações destinadas à proteção e segurança das pessoas com deficiência voltadas para esse período difícil a qual estamos vivendo.

Assim, para orientar o planejamento de ações voltadas para esse período que necessita de distanciamento social e de medidas adequadas para lidar com essa nova realidade nos sistemas de ensino de todo país, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o Parecer CNE/CP nº 11/2020 que dispõe sobre as Orientações Educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais, no contexto da Pandemia (BRASIL, 2020).

O CNE criou este documento para o atendimento de todos os estudantes, inclusive tem orientações para o atendimento dos estudantes da Educação Especial neste período que se necessita de proteção e segurança à vida e cuidados com a saúde, trazendo novas dinâmicas para o oferecimento de aulas não presenciais até o retorno das aulas presenciais (BRASIL, 2020).

O Parecer CNE/CP nº 11/2020 afirma:

Em qualquer caso, deve-se considerar a necessidade de oferta de AEE, para todos os estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, durante e após essa emergência sanitária, com acolhimento inclusivo, com disponibilização de profissionais qualificados para atendimento especializado, acessibilidade curricular, metodologias adequadas, materiais didáticos próprios, tecnologias assistivas, além de todos os cuidados sanitários e de saúde que atendam às singularidades de cada aluno, para enfrentamento dos riscos de contágio com a covid-19. (BRASIL, 2020, p.4).

Conforme este parecer, há grande importância em oferecer o AEE ao público-alvo da Educação Especial neste período de pandemia. Mesmo encontrando-se em um momento de isolamento social, o acolhimento deve acontecer sempre de forma inclusiva, com profissionais especializados na área, dando acessibilidade curricular,

adotando metodologias adequadas para ofertar um melhor ensino possível, tendo materiais didáticos adequados, fazendo o uso de tecnologias assistivas para favorecer a aprendizagem, assim como também adotar e manter todos os cuidados sanitários necessários neste momento de enfrentamento da covid-19.

Ainda de acordo com o Parecer CNE/CP nº 11/2020 em relação ao ensino remoto, define-se que:

Atividades pedagógicas remotas ou não presenciais podem ser destinadas a estudantes em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, sendo, portanto, extensivas a todos os estudantes da Educação Especial. Cabe destacar que, para os fins deste parecer, as atividades remotas são aquelas que envolvem o uso de tecnologias e ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, e considerando que existem outros meios de atendimento, que podem envolver encaminhamentos de materiais, sem mediação presencial com os profissionais e sem uso de tecnologia. Cada Sistema de Ensino, em seus diversos níveis e modalidades, pode optar para o regime que melhor atender a sua realidade (BRASIL, 2020, p.10).

Conforme as orientações acima, observamos que as atividades remotas ou não presenciais são destinadas a todos os estudantes, inclusive aos que fazem parte da Educação Especial. Recomenda-se que as atividades devem acontecer com o uso de tecnologias e ambientes virtuais de aprendizagens, porém, também podem ser adaptados outras formas de ensino, através de encaminhamento de materiais para que os alunos possam realizar sem o uso de tecnologias. Desta forma, também é visto que as escolas podem escolher o modo como vai disponibilizar as aulas e os materiais didáticos precisos, adaptando a sua realidade.

Assim, o ensino remoto ou não presencial deve permanecer com as medidas necessárias adotadas, até que haja a volta às aulas presenciais, que também terão as medidas cabíveis e necessárias, definidas e orientadas pelo Conselho Nacional de Educação para a oferta de ensino de qualidade, um atendimento adequado para os estudantes e que obedeça aos protocolos sanitários adaptados à nova realidade.

## **4.2 Processo da pesquisa e perfil da professora participante**

A presente pesquisa surgiu através do interesse em conhecer melhor sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), com intuito de analisar como está sendo ofertado este atendimento em nossa atualidade com a chegada da pandemia do Covid-19.

Para o processo de desenvolvimento da pesquisa, foi utilizando os relatos de experiência de uma professora que atua em uma Sala de Recursos Multifuncional (SRM) em uma escola municipal localizada na cidade de Pariconha, estado de Alagoas, com o intuito de observar: “Quais as principais mudanças e desafios encontrados desde o início da pandemia do novo Coronavírus para a oferta do atendimento?, com intuito de realizar uma análise comparativa do funcionamento do atendimento antes e durante a pandemia do Covid-19 e de observar quais os principais desafios e problemáticas encontradas diante dos resultados vindos através da nova reorganização e adoção das novas metodologias de ensino?.

Nossa pesquisa é do tipo qualitativa. Que é um tipo de pesquisa que irá fazer um estudo do cenário atual, assim buscamos identificar os principais fatores da situação a ser analisada através da estratégia de pesquisa escolhida, respondendo aos questionamentos levantados, com a finalidade de fornecer uma caracterização sobre o funcionamento de uma sala de recursos multifuncional na cidade de Pariconha-AL antes e durante pandemia, para análise de resultados e seus impactos causados pela adoção de novas metodologias.

A possibilidade de realização foi feita através de um estudo de caso, que possibilita uma exploração intensiva de uma unidade de estudo (uma pessoa, família, grupo, comunidade) (MAIA, 2020). Neste sentido, o estudo de caso envolve uma professora de uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da cidade de Pariconha-AL. De acordo com Gil (2002, p.54):

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biológicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (GIL, 2002, p.54).

Conforme as palavras do autor, a modalidade escolhida para a pesquisa está voltada para o estudo social, com o intuito de analisar e fazer levantamentos detalhados das problemáticas existentes. Neste sentido, será realizado o estudo de caso para explorar situações de vida real através análise da nova reorganização do ensino com as aulas remotas, e descrever a situação atual de investigar quais são os principais desafios e problemáticas encontradas durante o período de isolamento social.

Ainda de acordo com Gil (2002, p.141):

Pode-se dizer que, em termos de coleta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois vale-se tanto de dados de gente quanto de dados de papel. Com efeito, nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos. (GIL, 2002, p.141).

Neste sentido, utilizamos os dados de gente e os de papel, obtidos através de questões elaboradas e respondidas pela professora, a qual foram feitas observações e análises das respostas obtidas diante do depoimento pessoal. Assim O instrumento de coleta de dados escolhido foi o questionário.

O questionário utilizado é classificado como estruturado, pois contou com questões formalmente elaboradas, que seguiram uma sequência padronizada (MAIA, 2020). A Estrutura do questionário contou com questões que tinham o intuito de colher informações sobre todo o funcionamento da sala de recursos e sua população atendida antes e durante da pandemia e sobre os mobiliários, equipamentos específicos e materiais didáticos.

O questionário foi respondido por uma professora que atua na rede municipal de ensino da cidade de Pariconha- AL, ela foi nomeada de *Estrela Brilhante*<sup>1</sup>. A professora tem 55 anos de idade, possui graduação em Normal Superior, pós-graduação em Educação Especial e Mestrado em Ciências da Educação. Ela atua em salas de recursos multifuncional há 13 anos.

O questionário foi enviado a professora através do aplicativo de mensagens WATSSAPP no dia 07 de agosto de 2021, obedecendo os protocolos de saúde pública e o distanciamento social, e o recebimento ocorreu dia 09 de agosto da mesma forma.

### **4.3 Análise dos dados**

Com a realização da pesquisa, foi feito o processo de análise dos dados coletados através do questionário respondido pela professora *Estrela Brilhante*<sup>1</sup> para a obtenção de resultados. Em relação a análise dos dados GIL (2002, p.141) nos traz que:

---

<sup>1</sup> O nome Estrela Brilhante foi escolhido pela própria participante, trata-se de um nome fictício para manter sua identidade preservada.

Como o estudo de caso vale-se de procedimentos de coleta de dados os mais variados, o processo de análise e interpretação pode, naturalmente, envolver diferentes modelos de análise. Todavia, é natural admitir que a análise dos dados seja de natureza predominantemente qualitativa". (GIL, 2002, p.141).

Com a análise e a interpretação dos dados obtidos através da natureza predominantemente qualitativa conforme o autor traz em seus escritos, foi possível colher informações sobre o funcionamento da sala de recursos e a população atendida. A professora "*Estrela Brilhante*"<sup>1</sup> explicou que a sala recursos atende 20 alunos com faixa etária de 6 a 18 anos. Tem alunos com deficiências múltiplas, deficiência visual, deficiência intelectual, deficiência auditiva e com transtorno do espectro autista matriculados.

Acerca da estruturada sala, a professora descreveu sobre os mobiliários, equipamentos específicos, materiais didáticos, entre outros materiais da sala de recursos para o atendimento de forma presencial. A professora afirmou:

*"Nós temos na sala uma mesa com 4 cadeiras, quadro branco, um armário, uma televisão, mesa para computador, colchão, estante, jogos de dominó, quebra-cabeça, bingo de sílabas, bingo de números, jogo das 4 operações, jogo de encaixe, material dourado, alfabeto móvel, etc".*

Também obtivemos repostas sobre o funcionamento da SRM antes e durante da pandemia, sendo possível analisar quais os pontos positivos e negativos para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes do AEE neste período, e entender quais metodologias tiveram que ser adotadas para a oferta do AEE.

Os dados obtidos pelas questões respondidas pela professora Estrela Brilhante sobre o funcionamento da sala de recursos antes e durante a pandemia, elaboramos os seguintes eixos de análise:

1. O atendimento aos estudantes
2. A articulação entre professor da sala de recursos e professor da sala regular
3. Participação da família
4. Dificuldades encontradas
5. As metodologias adotadas

### 4.3.1 O atendimento aos estudantes

Primeiramente a professora nos descreveu como era realizado o atendimento educacional especializado antes da pandemia, ela respondeu que:

*“O atendimento era feito quatro dias semanais sendo 2 horas por dia para cada aluno”.*

Sobre o atendimento neste momento de pandemia, ela respondeu que:

*“O atendimento está sendo feito quatro dias semanais, sendo duas horas por dia para cada aluno com aulas através de vídeo e de roteiros”.*

Foi percebido que com a chegada da pandemia, as aulas mudaram seu formato e tiveram que se adaptar a uma nova metodologia de ensino, ou seja, ao invés de acontecer o atendimento na sala de recursos localizada dentro da escola, onde os alunos se encontravam e se socializavam entre si e com a professora em horários definidos, adaptou-se o ensino à distância através de aulas remotas pela internet, onde a forma de ensino adaptada foi a utilização de vídeos em aulas virtuais e roteiros quinzenais disponibilizados para os alunos por meio da internet através de aplicativos de mensagens, ou entregues própria escola aos pais dos alunos, mantendo-se apenas como padrão o horário das aulas e a quantidade de horas oferecidas para cada aluno nos quatro dias semanais.

De acordo com Silva et al (2020, p.52):

As escolas, tanto no mundo quando no Brasil, com o cenário de pandemia tiveram que se adaptar ao ensino remoto. Com pouco tempo para organização e formação dos profissionais, as tecnologias passaram a ser o único meio de acesso à educação escolar durante o isolamento social. (SILVA et al, 2020, p. 52).

Conforme as palavras das autoras, podemos observar que as tecnologias foram muito importantes nesse período difícil de pandemia mundial que exigiu o isolamento social, a qual contribuíram muito para o acesso à educação escolar. Porém, a triste realidade é que muitas pessoas ainda não têm acesso à internet em sua residência, muito menos condições de obter acesso as tecnologias através e um aparelho celular ou computador, tendo que arriscar suas vidas indo até a escola em

busca de um roteiro impresso para que seus filhos não percam ou atrasem seus estudos.

#### **4.3.2 A articulação entre professor da sala de recursos e professor da sala regular**

Sobre a articulação da professora que atua na sala de recursos com o(a) professor(a) da sala regular, a professora Estrela Brilhante informou como essa articulação ocorria antes da pandemia, nos disse que:

*“Estávamos sempre nos encontrando para conversarmos sobre as atividades que deveriam ser abordadas e aplicadas, sendo diversificadas, atraentes e dinâmicas, atendendo as limitações de cada educando”.*

Já durante a pandemia a professora relatou que:

*“Estamos sempre nos encontrando para saber as necessidades de cada aluno, os avanços e as dificuldades, isto é, com uma conversa online”.*

Em observação a essas questões sobre a articulação entre a professora da sala de recursos e o(a) professor(a) da sala regular, notamos que antes os encontros feitos para conversar sobre as atividades a serem aplicadas aos seus alunos, saber das necessidades, dos avanços e das dificuldades de cada um. Antes, era feita de forma presencial no ambiente escolar, e com a chegada da pandemia o uso da internet tornou-se o grande aliado para que esses encontros continuassem acontecendo, mesmo sendo de uma forma nova.

Conforme as Orientações aos Sistemas que definirem a permanência do atendimento educacional para todos os estudantes, inclusive o público da Educação Especial em regime remoto ou não presencial, no contexto da pandemia o Conselho Nacional de Educação (CNE) no Parecer CNE/CP nº 11/2020 traz que: “Os profissionais da Educação Especial devem dar continuidade ao trabalho articulado com os professores regentes das salas de aula comuns inclusivas” (BRASIL, 2020, p.10).

Diante do exposto, podemos observar que é de grande importância a união e a continuidade de um trabalho colaborativo entre professor da sala regular e professor

da sala de recursos, pois através desse trabalho articulado, barreiras no processo de aprendizagem podem ser identificadas e eliminadas, principalmente neste momento difícil de pandemia, para que assim se alcancem resultados positivos.

### 4.3.3 Participação da família

Com relação a participação da família na vida escolar dos estudantes com necessidades educativas especiais, a professora relatou que antes da pandemia:

*“A família estava sempre presente para dá o seu apoio, e isso nos ajudava bastante”.*

Já durante a pandemia, observou que:

*“A família está sendo nosso maior suporte, ajudando seus filhos nas atividades propostas, sendo online através de vídeos e roteiros impressos”.*

Desta forma, podemos observar que a participação da família é muito importante em qualquer ocasião, seja no atendimento presencial ou à distância. No atendimento de forma presencial deve-se dar o todo apoio para o desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos.

Já neste momento de distanciamento social a família tornou-se um grande apoio para auxiliar seus filhos nas atividades online propostas e também para ajudar nas atividades feitas em casa a serem respondidas em um roteiro impresso. Assim deverão ser oferecidas informações e orientações da escola para os pais realizem o acompanhamento das atividades ofertadas.

Assim de acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE) no Parecer CNE/CP nº 11/2020:

Devem ser previstas ações de apoio aos familiares ou mediadores, na realização de atividades remotas, avaliações, acompanhamento, bem como orientações sobre a logística, tanto no que se refere ao processo de escolarização formal, como nas atividades realizadas pelo AEE. (BRASIL, 2020, p.11).

Diante do exposto, podemos observar que o apoio aos familiares dos alunos é de grande importância, e que deve acontecer de forma organizada, buscando as

melhores formas de ajudá-las, para que haja um melhor desenvolvimento e aprendizagens significativas, seja na sala regular ou no Atendimento Educacional Especializado (AEE) oferecido a partir da adaptação das novas metodologias através de aulas remotas.

Neste sentido, voltando a importância da articulação entre professor da sala regular e professor da sala de recursos é importante salientar que neste período de isolamento social deve ser bem organizado e acontecer através do acompanhamento às famílias, acolhendo-as e buscando de toda forma a apoiá-las para que haja o desenvolvimento e a aprendizagem dos seus filhos.

#### **4.3.4 Dificuldades encontradas**

Referente as dificuldades encontradas na atuação diária antes e durante a pandemia, a professora “*Estrela Brilhante*” respondeu que antes da pandemia a grande dificuldade encontrada era:

*“O não comportamento por parte de alguns alunos.”*

Já durante a pandemia, respondeu que:

*“A maior dificuldade é que os pais têm que nos ajudar para que seus filhos realizem as tarefas propostas pelo professor e muitas vezes o aluno não quer responder suas atividades, precisando de incentivo”.*

Nota-se que antes da pandemia o mal comportamento dos alunos era o grande problema para a oferta do AEE nesta sala de recursos, porém com a chegada da pandemia e as novas metodologias adotadas, o aluno receberia o atendimento de forma virtual e teria que realizar suas atividades em casa, de forma online ou respondendo aos roteiros impressos. Porém, muitos se recusam a responder as atividades propostas e necessitam de ajuda dos pais e muito incentivo para que assim alcancem os resultados almejados para o processo de ensino a distância, até que aconteça o momento de volta as aulas presenciais.

Diante disso, o Conselho Nacional de Educação (CNE) no Parecer CNE/CP nº 11/2020 também traz que:

As orientações às atividades não presenciais deverão ocorrer por meio de ações articuladas entre os professores e o mediador presencial no domicílio, caso haja, ou com o próprio estudante quando possível, por meio de tecnologias de comunicação e/ou outros meios, que viabilizem atendimento ao aluno e apoio à família, para a realização das atividades. (BRASIL, 2020, p.11).

Neste sentido, percebemos que as orientações das atividades devem ser oferecidas de formas bem articuladas pelos professores da sala regular e da sala de recursos, dando total apoio aos próprios estudantes e muito incentivo a família para ajudar seus filhos a realizem as atividades, e assim, se obtenha resultados positivos.

#### **4.3.5 Metodologias adotadas**

Por fim, a professora se posicionou se as metodologias adotadas estão gerando resultados positivos para o desenvolvimento e aprendizagem de seus estudantes do AEE. Ela explicou que:

*“Diante dessa pandemia os resultados positivos estão acontecendo em partes, pois tem famílias que não tem Zap e não assiste as aulas virtuais, só respondem os roteiros impressos”.*

Com base na resposta da professora, notamos um grande problema que dificulta os resultados positivos diante das novas metodologias adotadas neste período de pandemia, que é o problema da desigualdade social existente em nossa sociedade, a qual Silva et al (2020, p.63) traz que: “A pandemia aprofundou os problemas que existem na educação nacional há séculos. Ela deixou evidente como acontece a desigualdade social dentro do sistema público de educação”.

Neste sentido, observamos que a desigualdade social já é um problema há séculos e está presente há anos no sistema público de educação, e que neste período de pandemia os problemas se aprofundaram muito mais. Com foco nos problemas ocasionados pela pandemia para o acesso à educação para todos, nota-se que muitas famílias ainda não têm acesso a internet e muito menos tem condições de comprar um aparelho celular ou computador, trazendo assim grandes dificuldades para a aprendizagem dos seus filhos, pois precisam ir até a escola em busca de um roteiro impresso para realizar as atividades propostas, perdendo assim as explicações feitas nas aulas online pela professora e a possibilidade de tirar suas dúvidas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, podemos observar o quanto foi enriquecedor todo o processo para a produção de conhecimentos sobre o funcionamento do AEE, em específico durante este período difícil de pandemia da covid-19, que foi realizado através da pesquisa feita com uma professora de uma Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do município de Pariconha-AL.

De início, podemos analisar todo o processo histórico de como as pessoas com deficiência eram vistas na sociedade, que trouxe esclarecimentos a nível mundial e nacional, mostrando as mudanças nas concepções, nas formas de tratamento e no processo de obtenção de direitos à educação. Também trouxe conhecimentos sobre o surgimento da Educação Especial no Brasil e o surgimento do AEE, trazendo um modelo de educação para pessoas com necessidades educativas especiais baseadas no paradigma de inclusão.

Mais adiante, trouxemos os esclarecimentos precisos de todo o funcionamento do AEE, do perfil profissional para atuar nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e o público-alvo atendido pela Educação Especial, que nos trouxe grandes contribuições para o aprofundamento do conhecimento diante do assunto pesquisado.

Depois, mostramos os resultados da pesquisa qualitativa, feita através de um estudo de caso, por meio de um questionário utilizado como instrumento de coleta de dados aplicado a uma professora que atua em uma sala de recursos da cidade de Pariconha-AL.

Em análise as categorias apresentadas na pesquisa realizada, pode-se perceber que em relação perfil da professora participante, que ela está dentro dos critérios para atuar em Sala de Recursos Multifuncional (SRM), pois tem graduação e pós-graduação na área; percebe-se também que ela já tem uma boa experiência, pois atua a 13 anos com o público alvo da Educação Especial.

Em análise aos dados obtidos, foi percebido que a sala atende um público alvo bem vasto de deficiências; tem mobiliários e recursos pedagógicos bem variados. Porém com a chegada da pandemia tudo muda de cena e novas metodologias e novos recursos pedagógicos são adotados para que o atendimento continue mesmo em um momento de distanciamento social, onde as aulas remotas oferecidas por meio tecnológico através de vídeo e de roteiros ganham visibilidade. Porém os alunos por meio das aulas virtuais perderam o contato direto para se socializar uns com os outros,

assim como também perderam o contato direto com o professor em sala que contribuía muito para o desenvolvimento e aprendizado.

Em relação a articulação entre professor da sala de recursos e professor da sala regular foi observado que o contato foi mantido, porém de modo a distância através dos aplicativos de mensagens com o uso da internet. Assim observamos que a internet neste momento difícil de pandemia foi muito essencial, e que com a evolução dos aplicativos de mensagens pode-se manter o contato em tempo real, realizar reuniões online, trocar mensagens através de áudio, vídeo e imagens, facilitando cada vez mais o ensino e a troca de informações.

Com base nos resultados obtidos em relação a participação da família, podemos concluir que a família está sendo uma base de apoio para a garantia de aprendizagens significativas de seus filhos neste momento de distanciamento social, pois estão auxiliando na realização das atividades, porém a escola deve oferecer todo o suporte de orientações precisas para que os pais orientem seus filhos da maneira correta. E em relação as dificuldades encontradas, a falta de interesse dos alunos aparece, precisando do incentivo do professor (a) e dos pais para não perderem o foco nos estudos e que no final do ano letivo não ocorra evasão.

Com a obtenção de todos os resultados da pesquisa, podemos concluir que a grande problemática encontrada com a chegada da pandemia do covid-19 a partir das novas medidas tomadas e metodologias adotadas para o funcionamento de toda educação nacional, em específico para o oferecimento do AEE de forma remota, foi a desigualdade social presente em nossa sociedade e em nosso meio educacional.

Podemos observar que as desigualdades sociais se fazem presentes em nosso meio social há séculos, e com a chegada da pandemia ela se mostrou bem presente. E em relação à Educação Especial, ela se mostrou muito mais presente, pois através do distanciamento social precisou-se de recursos tecnológicos para oferecer aulas à distância, porém foi possível observar que nem todos os alunos têm acesso a internet por não terem condições financeiras necessárias para pagar pelo serviço ou colocar wi-fi em casa, muito menos condições financeiras para comprar um aparelho celular ou um computador.

O governo deveria oferecer mais apoio as famílias dos alunos carentes, trazendo assim melhor suporte através da obtenção de aparelhos tecnológico e o acesso à internet, para que todos pudessem acompanhar as aulas on-line, realizar

suas atividades de forma mais eficaz, manter-se melhor informados, tirar suas dúvidas e manter o contato e a socialização com todos os alunos e professores.

Deveria também oferecer uma formação continuada aos professores das salas regulares e das salas de recursos, de forma online através de vídeo conferência, para que consigam melhorar suas habilidades com as tecnologias e ofertar um melhor atendimento educacional de qualidade aos seus alunos e possam dar um melhor apoio aos pais em relação ao auxílio na realização das atividades dos seus filhos.

Por fim, foi de grande satisfação realizar a presente pesquisa e concluir este importante Trabalho de Conclusão de Curso, que teve como base a área de Educação Especial com foco no funcionamento do Atendimento Educacional Especializado. Os conhecimentos obtidos através dos escritos dos autores pesquisados e das legislações analisadas foram de grande relevância para todo o processo de obtenção do conhecimento sobre o assunto, principalmente através do processo e resultados obtidos diante da pesquisa realizada.

## 6 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aline Cristian Guimarães. In/exclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Pró-docência**. Revista Eletrônica das Licenciaturas/UEL, v. 1, n 1, jan-jun. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope/pages/arquivos/NOVOS%20TEXTOS%2006%20a%2014/ALINE%20AZEVEDO%20%20C.SOCIAIS.pdf>. Acesso em 15 de jun. de 2020.

BARBOSA, Daniella de Souza; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACHADO, Charliton José dos Santos. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. **Revista Electrónica “Actualidades Investigativas en Educación”**, v. 18, n. 2, Mayo-Agosto, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/aie/v18n2/1409-4703-aie-18-02-598.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

BRASIL. **Concelho Nacional de Educação: parecer CNE/CP nº 11/2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157681-texto-referencia-educacao-especial-revisao/file>. Acesso em: 19 de Agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm). Acesso em: 25 de Abril de 2021.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial Para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Brasília, 2008a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192). Acesso em: 25 de Abril de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 08 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015** - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 19 de Agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192). Acesso em 26 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional e Educação Especial na Perspectiva da Educação**

**Inclusiva.** Brasília, Janeiro de 2008b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 27 de Abril de 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009** - Institui as Diretrizes

Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009. Seção 01.p.17. Brasília, 2009. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 26 de abril de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002, 4. ed. Disponível em:

[http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf). Acesso em 05 de set. de 2021.

KLEINA, Claudio. **Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva.** Curitiba: Intersabres, 2012.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa: elaboração, aplicação e análise de conteúdo- Manual Didático.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. Universidade Estadual de Campinas.** Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade LEPED/UNICAMP, 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/361522-Breve-historico-da-educacao-especial-no-brasil.html>. Acesso em: 21 de agosto de 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves; MALHEIROS, Cícera A. Lima. **O Professor e a Educação Inclusiva.** Formação, Práticas e Lugares: Salas de Recursos Multifuncionais. É possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado? EDUFBA, Salvador,2012.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 7, p. 29- 44, jan./dez, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. **Fundamentos da educação especial.** Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/12/MD\\_Fundamentos-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial-\\_diagr.-final-com-isbn-1.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/12/MD_Fundamentos-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial-_diagr.-final-com-isbn-1.pdf). Acesso em: 25 de agosto de 2021.

PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus; ALMEIDA, Célia Verônica Paranhos de Jesus. **Abordagem multidimensional: Família e escola: como essa parceria pode favorecer crianças com necessidades educativas especiais.** Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-15.pdf>. Acesso em 03 de set. de 2021.

SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar; LACERDA, Lonise Caroline Zengo de. **Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, Mar, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230016.pdf>. Acesso em 20 de Nov. de 2020.

SILVA, Aline Maira. **Educação Especial e Inclusão Escolar: história e fundamentos.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

SOUZA, Hellen Karolinni Rocha et al. Inter-relação entre professores da sala de atendimento educacional especializado e do ensino regular. **RPGE - Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n.esp.2, p.1048-1062, nov. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10444/7015>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, Espanha, 1994.

## APÊNDICE – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO

Caro(a) Professor(a)

Sou BIANCA PEREIRA DA SILVA, discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campus/Sertão e gostaria da sua colaboração para a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Grata.

### QUESTIONÁRIO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: ( )Feminino ( )Masculino

Graduação em: \_\_\_\_\_

Pós- graduação: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação em sala de recursos \_\_\_\_\_

1) A sala de recursos atende estudantes com quais tipos de necessidades educacionais especiais? Qual a quantidade e faixa etária desses estudantes?

---



---



---



---



---



---

2) Descreva o a sala de recursos (mobiilários, equipamentos específicos, materiais didáticos, entre outros)

---



---



---



---



---



---

## 2. FUNCIONAMENTO DA SRM - ANTES DA PANDEMIA

1) Descreve como era feito o atendimento educacional especializado.

---

---

---

---

---

---

2) Como se dava a articulação entre o professor da sala de recursos e o da sala regular?

---

---

---

---

---

---

3) Como era a participação da família na vida escolar do estudante com necessidades educativas especiais?

---

---

---

---

---

---

4) Quais eram as dificuldades encontradas na atuação diária?

---

---

---

---

---

---

**3. FUNCIONAMENTO DA SRM – DURANTE A PANDEMIA**

1) Neste momento de pandemia como está sendo feito o atendimento educacional especializado.

---

---

---

---

---

---

---

---

2) Durante a pandemia, como se deu a articulação entre o professor da sala de recursos e o da sala regular?

---

---

---

---

---

---

---

---

3) Durante a pandemia, como se deu a participação da família na vida escolar do estudante com necessidades educativas especiais?

---

---

---

---

---

---

---

---

4) Durante a pandemia, quais eram as dificuldades encontradas no AEE?

---

---

---

---

---

---

---

---

5) Durante a pandemia, você considera que as metodologias adotadas estão gerando resultados positivos para o desenvolvimento e aprendizagem de seus estudantes do AEE? Faça um comentário.

---

---

---

---

---

---